

Ignácio Rangel, 100 anos

Neste ano de 2014 comemoramos o 100º aniversário do nascimento de Ignácio Rangel — um dos dois grandes economistas brasileiros do século XX, o outro tendo sido Celso Furtado. Em um momento em que as atenções se voltavam para os problemas microeconômicos associados ao planejamento econômico e à política industrial, e no qual a macroeconomia do desenvolvimento estava ainda por ser criada, Rangel foi um pioneiro de uma macroeconomia desenvolvimentista. Seu centenário vem sendo comemorado com a publicação de livros e a realização de seminários. A *Revista de Economia Política* não poderia se ausentar desta comemoração, porque Rangel é um dos três patronos da revista, e porque, nos últimos anos de sua vida, ele publicou artigos importantes aqui.

Já no primeiro número da revista, em janeiro de 1981, na nota “A paralisação do Estado”, ele faz a crítica dialética a uma frase minha sobre essa crise: “no estágio alcançado pelo nosso presente pacto de poder, a paralisação progressiva do Estado surge como condição para a superação da crise”. No mesmo número, no artigo “A crise financeira”, ele analisa a grande crise da dívida externa dos anos 1980, e afirma que esta “é o último e dominante momento da crise [econômica], aquele no qual o corpo social toma todas as cartas do jogo e pressiona por uma solução”. Nesse mesmo artigo, discutindo a relação Estado e setor privado, ele prevê o que aconteceria mais tarde — que a solução da crise “implicará, *em uma primeira etapa*, progressiva participação do setor privado nos projetos rompedores de pontos de estrangulamento — precipuamente dos grandes serviços de utilidade pública —, sem interromper a integração dos ditos projetos no setor público da economia, onde se encontram atualmente; *numa segunda etapa*, quando a participação privada nos serviços públicos houver assumido considerável peso, não é possível excluir a possibilidade, ou de privatização pura e simples da atividade, ou, dependendo das cir-

cunstâncias, de conversão de serviços públicos de administração direta ou das empresas públicas em *serviços públicos concedidos a empresas privadas*”.

Em 1983, com “A crise não se administra”, Rangel volta a discutir a grande crise financeira de então. Dada a similaridade da crise com a da Grande Depressão dos anos 1930, sua primeira pergunta é se o Brasil poderia novamente aproveitar-se dela para dar um salto no seu desenvolvimento com base no modelo de substituição de importações, enquanto o mundo estagnava. Sua resposta é negativa, mas deixa aberta uma saída. Nos anos 1930, como nos anos 1980, o Brasil estava na fase B de um ciclo de Kondratieff, e nessa década realizou grandes reformas institucionais para que o setor privado pudesse comandar a industrialização. Nos anos 1980 “as oportunidades *potenciais* de investimento encontram-se com o setor público, basicamente como serviços de utilidade pública organizados como *empresas públicas*. A capacidade de formar capital, ao contrário, encontra-se no setor privado, em grande parte como capacidade ociosa da novel indústria supridora de bens de capital”. A crise, portanto, encontraria solução quando fosse possível montar um sistema de financiamento para os grandes investimentos na infraestrutura (nos serviços de utilidade pública) com a participação do setor privado. Mas, para isso, era necessária a montagem de “um capitalismo financeiro periférico” no Brasil a partir da oferta pelo Estado de garantias de financiamento às empresas privadas concessionárias dos serviços públicos de infraestrutura. Dessa maneira o setor financeiro se ampliaria com o financiamento a essas empresas para que investissem, tendo o Estado como garantia dos recebíveis futuros gerados por esses serviços. Por outro lado, dado que o Brasil estava endividado em moeda estrangeira da qual não dispunha, as empresas multinacionais, seus “lucros vultuosíssimos mas em moeda nacional, em cruzeiros, são *prisioneiros da economia nacional*”.

Ainda em 1981, Rangel, em “A história da dualidade brasileira”, resume e busca tornar mais claro seu livro de 1953 sobre o tema. Afirmando sua dívida para com Marx, declara que elementos de sua teoria “não são outros senão os modos fundamentais de produção de que cogita o materialismo histórico marxista”. Para Rangel, no momento em que escrevia, estava começando a quarta dualidade caracterizada pela crise da dívida externa e no qual o capitalismo financeiro passava a ser o “centro dinâmico mundial”.

Como podemos ver por essas citações, Rangel pensava sempre dialeticamente e tendo em vista a dinâmica do ciclo econômico. E sempre nos surpreendia pela criatividade de seu pensamento. Em 1985, quando a grande crise financeira se aproximava de seu auge, Rangel publicou na *Revista de Economia Política* “Recessão, inflação e dívida interna”, no qual apresenta sua famosa curva da inflação em forma de U invertido, que foi clara entre 1965 e 1982. Para ele, “há pelo menos um quarto de século a inflação integra o síndrome da recessão, isto é, surge ou se exacerba *quando a economia se desaquece* e, inversamente, *desaparece* ou, pelo menos, tem sua intensidade reduzida quando a economia se reaquece. Não há, portanto, nenhum *trade off* a fazer, porque o combate à inflação é inseparável do combate à recessão”. Não se pense, porém, que Rangel ignorasse que a inflação de demanda pudesse aumentar um pouco no curto prazo devido ao excesso de demanda. Sua

teoria da inflação é uma teoria de médio prazo, própria de uma macroeconomia desenvolvimentista, segundo a qual o aumento da inflação é uma resposta e um mecanismo de defesa do sistema econômico à crise econômica que, primeiro, se expressa em capacidade ociosa e, afinal, em crise financeira que envolve depreciação cambial e desencadeamento da inflação.

Em 1986, na sua última contribuição para esta revista, “A questão da terra”, Rangel volta a outro de seus temas mais caros. No momento em que a agricultura familiar deixou de ser autossustentável e precisou vender sua produção excedente no mercado para garantir a subsistência da família, surge o clássico “exército industrial de reserva” referido por Marx. Entretanto, o número de desempregados ou subempregados é maior do que o que seria necessário para conter os salários, surgindo daí o problema da terra, que se agravou. Com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, “as atividades agrícolas fundamentais passaram a ser campo de interesse imediato para o latifundiário”, o que traz como consequência a trágica desagregação da família camponesa. O que leva Rangel a afirmar que “muitas pessoas de boa-fé confirmam a família camponesa nessas ilusões douradas [de um paraíso perdido], não percebendo que a exploração agrícola familiar é ainda menos viável agora do que antes”. Mas, na medida em que o desenvolvimento econômico continua a ocorrer, “a oferta de mão de obra semiproletária tenderá a declinar”, o que levará os salários a aumentar, e, assim, “o problema capital de toda a economia brasileira, o esquema de distribuição de renda, tenderia a amenizar-se”. Por outro lado, enquanto uma reforma institucional não resolver o problema financeiro e a taxa de juros permanecer alta, o preço da terra continuará alto. O que leva Rangel a concluir: “compreende-se que, enquanto essa reforma financeira não tiver lugar, qualquer tentativa de reforma agrária, baseada na aquisição pelo Estado de vastas glebas, somente virá complicar o problema, elevando a prumo o preço da terra”.

Eu poderia tentar sistematizar todas as contribuições de Ignácio Rangel à teoria econômica e à compreensão da economia brasileira realizadas na *Revista de Economia Política*, mas deixo esta tarefa para um economista mais jovem. Neste número temos três artigos em homenagem ao notável economista. Em “Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento”, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Ricardo Bielschowsky e César Benjamin nos dizem que Rangel “afastou-se de todas as correntes de pensamento consolidadas, inclusive em seu próprio campo ideológico, o socialista, e tornou-se o mais original pensador econômico brasileiro do século XX”. E concentram sua análise na teoria da dualidade e na questão do planejamento. Em “O centenário de Ignácio Rangel”, José Maria Dias Pereira faz uma análise ampla da obra do homenageado. Finalmente, Osmani Pontes Moreno e André de Melo Modenesi, em “A curva de Rangel: origem, desenvolvimento e a formalização de Bresser-Pereira e Nakano” mostram como, Yoshiaki Nakano e eu fomos influenciados por Rangel (de quem fui amigo e discípulo desde os 20 anos), porque em nossa teoria da inflação inercial salientamos o caráter endógeno da moeda, dependente do processo cíclico da economia, dessa forma rejeitando a teoria monetarista da inflação, e concordando com Rangel que

a curva de inflação poderia, no médio prazo, assumir a forma de U invertido quando a crise econômica chega ao auge sob a forma de crise financeira. Segundo, porque fizemos a crítica à curva de Phillips sob influência do amigo mais velho. É preciso, porém, assinalar que Rangel não aceitou a teoria da inflação inercial que, no início dos anos 1980, Nakano e eu desenvolvíamos. Embora sua teoria não fosse suficiente para explicar a persistência da inflação combinada com recessão que ocorria nos anos 1980, e embora ele tenha mais de uma vez me dito que, em 1964, foi dele a sugestão a Otávio Gouvea de Bulhões para que indexasse as operações financeiras (o que resultaria vinte anos mais tarde a alta inflação inercial), ele preferiu ficar fiel à sua teoria original que explicava antes a inflação dos anos 1960 do que a dos anos 1980.

A obra fundamental de Ignácio Rangel foi *A inflação brasileira*, de 1983. Nesse livro vemos um pensador brilhante misturar Keynes e Marx para entender a inflação acompanhada de recessão que já naquela época se manifestava, mas não adquirira ainda caráter inercial. Rangel não lera Michael Kalecki quando escreveu esse livro, mas a mistura do marxismo com Keynes levou-o a conclusões semelhantes às do grande economista polonês. A obra que Rangel mais prezava, porque nela continha sua teoria da história, foi *A dualidade básica da economia brasileira*. Aos jovens economistas brasileiros aconselho ler esses dois livros e seus artigos na *Revista de Economia Política*. Se seguirem meu conselho não terão todas as respostas às suas perguntas, mas saberão melhor, mais dialeticamente, pensá-las.

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Editor